
ÁREAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO DE PORTUGAL

Virgílio de Carvalho

ÁREAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO DE PORTUGAL

1. INTRODUÇÃO

O Mundo é realmente, cada vez mais, uma «aldeia global», em que as legítimas aspirações dos povos, mormente quanto a Segurança, Desenvolvimento e Justiça, não podem ser prosseguidas e protegidas apenas nos quadros nacional e regional, e numa situação de desequilíbrio global. Pelo que os países e, bem assim, as associações regionais de países, sentem crescente conveniência em concorrer para a concretização e para o funcionamento duma Nova Ordem Internacional (NOI) que possa proporcionar equilíbrio geopolítico e estabilidade globais satisfatórios.

O Interesse dos países e das associações regionais de países prossegue-se e protege-se pela aplicação do seu poder nacional — entendido como capacidade para influenciar acontecimentos em seu favor — em Áreas de seu Interesse Estratégico (AIE). Poder esse que, em conformidade com o referido, é poder total, isto é, abrange capacidade financeira, científico-tecnológica, cultural, económica, militar, industrial, comercial, psicológica, diplomática, etc.

Em conformidade, a abordagem da temática em apreço precisa de, entre outras coisas eventualmente menos importantes, ter em consideração o que é o cenário internacional, o que pode ser uma ordem internacional, o que é a Europa e o que é Portugal.

2. O CENÁRIO INTERNACIONAL

O Mundo viveu numa situação de equilíbrio geopolítico, de «não-guerra» global, durante o quase meio século da Guerra Fria. E, embora esta guerra tenha terminado oficialmente, e aquele equilíbrio persista, isso

não obstou a que tenham transitado importantes preocupações, riscos, problemas e desafios para o presente e para o futuro. E que, entretanto, muitas dessas preocupações e muitos desses riscos e desafios se tenham mesmo agravado, e novos problemas tenham aparecido.

Quanto ao que transitou da Guerra Fria, há a referir, antes do mais, consequências e sequelas da divisão da Europa. Nomeadamente problemas de transição de regime autocrático e de economia de planeamento central dos países que estiveram inseridos na área socialista do COMECON para regime de democracia pluralista e de economia de mercado, dificultando a sua integração competitiva no sistema internacional das democracias industriais.

Persistem também conflitos regionais de extrema gravidade, nomeadamente pelos riscos que comportam de perigosa evolução para crises internacionais. Entre eles, como sendo os mais preocupantes, os do Médio Oriente, da África Austral e do Sueste Asiático (Camboja), dada a conhecida importância estratégica que aquelas áreas têm para o equilíbrio e para a estabilidade mundial, nomeadamente quanto à sua crítica localização e quanto à existência nelas de muito valiosas reservas de recursos económicos naturais.

Outros conflitos, decorrentes de dramática convergência de inépcia e corrupção de regimes e governantes, agravando fome e revolta, estão criando a necessidade urgente de apoios humanitários, e outros, que sejam capazes de fixar as populações nos seus países e de evitar o seu êxodo e as consequentes reacções inconvenientes de xenofobia em países para onde tendem a convergir autênticas legiões de refugiados. Exemplos dramáticos desta situação são o caso da fuga de brancos e dos melhores naturais de África que os estão seguindo para a Europa, e o dos melhores «cérebros» da ex-Jugoslávia que estão emigrando para o Canadá e que tendem a agravar o empobrecimento e a capacidade de recuperação dos seus países de origem.

Quanto a preocupações, problemas, riscos e desafios novos, há a registar grandes transformações e reacções decorrentes da procura de promoção da democracia pluralista e dos direitos humanos. Entre eles, a implosão registada na ex-URSS e na ex-Jugoslávia, de que resultaram crises de

difícil e perigosa acomodação de correntes político-militares conservadoras, de fronteiras e soberania, de etnias e religiões. Situação que tem estado mais controlada na primeira, mas que descambou em guerra civil na segunda, com risco de evolução para perigoso conflito internacional, inclusivamente religioso.

O problema das autonomias e das fronteiras na Europa de Leste pode avaliar-se, só para dar uma ideia, da circunstância de haver mais de uma dezena de bolsas étnicas e de conflitos de fronteiras entre o Norte e o Sul, desde o Mar Báltico ao Mar Negro.

A «desordem» referida, transformada numa grande crise internacional num mundo em que ninguém pode, não deve, nem consegue ser indiferente, justifica de facto a procura duma NOI e o progressivo fortalecimento da ONU para legitimar medidas preventivas e correctivas visando manter os Povos em caminhos convergentes para um Mundo mais seguro, mais desenvolvido e mais justo. Nomeadamente porque, verificando-se haver líderes e regimes autoritários que, para se manterem no poder, fazem frente aos novos ventos de maior liberdade e maior autenticidade, recorrendo a meios extremos, haverá que controlar existências e proliferação de armas estratégicas e actividades terroristas. Para não falar de preservação do equilíbrio ecológico, um autêntico problema estratégico a ter em consideração por toda a Humanidade, uma vez que só poderá ser prosseguido efectivamente com cooperação regional e mundial.

Mas, enquanto a tal NOI e a nova ONU vão ensaiando os seus primeiros passos, e as incertezas do cenário regional e mundial persistirem, a países e a associações regionais de países compete o dever — no seu próprio interesse — de contribuir com as suas políticas e estratégias para um Mundo melhor. Nomeadamente, através de desenvolvimento racional da sua competitividade visando criar, para si, e também para a sua região e para o Mundo, maior riqueza material e ético-moral.

Inclusivamente, será de não pôr de parte a possibilidade e o risco de países, e mesmo de associações regionais de países, particularmente os de menor «poder nacional», poderem ser persuadidos ou até coagidos a conformarem-se com as linhas mestras de tal NOI pela Comunidade Internacional, legitimada pela ONU e apoiada nela. O aviso de B. Ieltsin aos

Sérvios da Bósnia-Herzegovina, feito após a sua posição interna ter sido melhorada em resultado do referendo em que triunfou — «a Rússia não protegerá os que pretenderam opor-se à Comunidade Internacional», — parece um exemplo prático claro da tendência referida.

3. OBJECTIVOS PERCEBIDOS DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A NOI parece ter sido acordada entre os *líderes* das superpotências nas cimeiras da Islândia e de Malta, que puseram fim formal à Guerra Fria. E visará, na sua presente fase, a preservação e a organização do equilíbrio geopolítico global que vigorou durante a Guerra Fria, com o propósito de facilitar a recuperação da superpotência continental (quer na sua expressão de Comunidade de Estados Independentes, quer de apenas Rússia) para poder emparceirar de facto com a superpotência marítima no apoio a uma ONU que está em preparação e «estágio» para a gestão estratégica e a prevenção de conflitos, e para levar a cabo acções de preservação e de eventual imposição da paz.

Quanto à superpotência continental, trata-se de a ajudar nos seus esforços de democratização política e económica, e de desenvolvimento, à semelhança do que as democracias industriais fizeram quanto aos vencidos da Segunda Guerra Mundial, Japão e Alemanha, que são hoje autênticas superpotências económicas.

Trata-se também de a preparar (quer ela venha a ser a CEI, ou se fique pela Rússia) para pillar duma NOI bipolar menos propensa a gastos exagerados com a defesa e a tentações militares.

Quanto ao Mundo Marítimo, pretende-se prepará-lo, a par da recuperação da superpotência continental, para manter o equilíbrio geopolítico com ela. E para tal parece estar em preparação, como sua base de apoio, uma espécie de «superpotência associada», através do Acordo de Comércio Livre para a América do Norte (NAFTA — com EUA, México e Canadá), donde partirão duas vertentes: uma transatlântica (projecto CE-NATO anunciado por J. Baker) e outra transpácifica (a partir do projecto da Área de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico — APEC — e do acordo de defesa EUA-Japão).

De notar que a própria CE teve o seu arranque durante a Guerra Fria, beneficiando do clima de confiança e de cooperação intra-europeia introduzido na Europa pela Aliança Atlântica e pela presença militar norte-americana que dela decorreu.

Há ainda uma terceira vertente da NOI, a completar o quadro do Novo Atlantismo, que é constituída por um projecto de solidarização Norte-Sul e Sul-Sul, desde o Atlântico Norte até ao Pacífico.

É ainda preocupação central da vertente transatlântica da NOI pôr fim à divisão que a ex-URSS impôs à Europa no final da Segunda Guerra Mundial. A qual, tendo sido tomada por um primeiro passo daquela superpotência para a hegemonia mundial, foi compensada em termos de reposição do equilíbrio geopolítico mundial com o acoplamento estratégico entre as duas margens do Atlântico Norte, ou seja, com a NATO.

Faz também parte dos propósitos da NOI, para além dos referidos, pôr termo a perigosos conflitos e tensões regionais, através de diálogo que substitua a violência, e de cooperação que ponha cobro à confrontação. Entre tais tensões e conflitos destacam-se, pela sua importância para a Segurança e Desenvolvimento global, os já referidos do Médio Oriente, da África Austral, do Sueste Asiático. E também evitar outros, por exemplo no Noroeste Africano, onde um eventual acesso dos fundamentalistas na Argélia poderá afectar a estabilidade de Marrocos e o equilíbrio e a segurança do Estreito de Gibraltar.

De notar que tende a tornar-se cada vez mais difícil aos EUA levar a cabo, praticamente sozinhos, a concretização da primeira fase do NOI, nomeadamente porque os novos poderes nascentes na Ásia-Pacífico, na Europa e no espaço euro-asiático da ex-URSS, poderão deixar de querer comprometer-se com o processo. Isto, a juntar a dúvidas quanto à preservação do nível de intervenção externa da nova Administração dos EUA, constitui mais uma incerteza a juntar ao Cenário Internacional. Assinalem-se, entretanto, os passos animadores de nove Estados da CEI se mostrarem dispostos em pôr de pé uma associação económica regional, e de na multi-étnica e multireligiosa Bósnia-Herzegovina se ter começado já a falar de confederação.

4. INTERESSES PRIORITÁRIOS DE PORTUGAL

As considerações que seguem têm em conta a óptica do pensamento global abordada no primeiro parágrafo da Introdução a este trabalho, e também as seguintes premissas:

- Seja qual for a Europa a construir, ou a vingar, a especialização competitiva dos seus países membros, para além de ir garantindo a sua segurança durante o processo, é factor de valorização e de soberania europeia, do que decorre que os países continuam a ser necessários — porventura ainda mais do que nunca, como sustenta M. Porter ⁽¹⁾ — na presente era de incerteza e de acentuada competição económica e cultural;
- sendo as preocupações prioritárias dos países a minoração das suas vulnerabilidades e a exploração das suas potencialidades para fins de segurança, desenvolvimento, soberania, prestígio e influência, isso implica que as suas Áreas de Interesse Estratégico (AIE) devam ser percebidas como pontos de aplicação prioritária dos factores adequados do seu poder nacional, e não apenas do militar;
- a segurança nacional tende a assentar grandemente em desenvolvimento económico competitivo que, reforçando a individualidade e a especificidade do País, contribua para a sua liberdade de acção.

Portugal é um país cujo especial território euro-atlântico, descontínuo, periférico na Península Ibérica, implicando oportunidades, desafios e preocupações muito próprias, e até o interesse de grandes potências, tem exercido assinalável influência no seu comportamento estratégico ao longo de séculos.

A litoralidade do território-mãe de Portugal (o Continente) era enriquecida por apreciável concentração de estuários de rios navegáveis que facilitaram o desenvolvimento de familiaridade terra-mar, numa costa que, já de si, foi sempre frequentada por importantes rotas marítimas internacionais oceânicas e costeiras. Esta circunstância, e os constrangimentos de ordem vária decorrentes do seu encravamento geográfico entre um vizinho de histórica propensão hegemónica e o *mar*, ditaram a secular orientação prioritária das relações externas, económicas e culturais de Portugal através da costa,

(1) «A Vantagem Competitiva das Nações».

por esta ser fronteira mais livre, e com mais países, que a terrestre. Orientação que foi acentuada após a decisiva crise de 1383-85, a qual, tendo posto em risco grave a sobrevivência da individualidade de Portugal, consagrou a opção atlântica como opção histórica nacional de sobrevivência. Opção essa que, como é bem conhecido, tendo levado à procura de vias oceânicas para melhor assegurar a viabilidade geoeconómica do País, deu lugar à atlantização do seu território com o descobrimento e povoamento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. O referido, tendo levado à consecução duma base de grande valor geoestratégico, permitiu a Portugal afirmar-se como um País de êxito. E de extraordinário êxito, pois não só foi a única Nação da Península Ibérica a conseguir suficiente poder marítimo, centrífugo, para se furtar ao controlo económico, político e cultural de Castela, como ainda, explorando a sua localização «à esquina de dois mares» ⁽²⁾ — o Mediterrâneo e o Atlântico — conseguiu ser a primeira Potência Marítima oceânica da História. Do que ficaram laços de sangue, culturais e linguísticos com outros povos, do Atlântico Norte até ao Pacífico, que podem ser, ainda hoje, factores importantes de prestígio e de influência do País na Europa e no Mundo. Êxito que o ilustre pensador espanhol Miguel de Unamuno, um iberista convicto, reconheceu e explicou na sentença «o que faz Portugal é o *mar*». Uma sentença sintética, mas suficiente para se perceber que Portugal, se virar costas ao «seu *mar*», ou não o acautelar de intromissões e avanços do envolvente corpo peninsular, corre o risco de ser absorvido por ele.

Por isso, há que contrabalançar a continentalização que o projecto europeu naturalmente impõe ao País, com correspondente reforço da sua litoralização e da sua atlantização. A Dinamarca que, tal como Portugal, tem fronteira terrestre apenas com um país — a Alemanha — assim fez, assegurando no Tratado de Maastricht que nenhum estrangeiro possa adquirir casa própria no seu litoral.

Terminado o Império ultramarino, a questão que se põe hoje quanto a Estratégia Nacional é a de Portugal continuar a ter êxito, agora na opção europeia, que foi naturalmente adiando, por ela ser de facto a mais arriscada, em consequência da sua especial geografia. Do que decorre, desde logo, tendo em atenção a supracitada sentença de M. Unamuno, que a opção europeia não é para substituir a atlântica. Mas sim para, complementando-a,

(2) Jaime Cortesão, em «História dos Descobrimentos Portugueses».

fazer de Portugal um país completamente euro-atlântico, sem alterar a sua histórica postura periférico-marítima de sobrevivência.

Por outro lado, no cenário global e europeu que continua a ser de marcada incerteza, de tensões e conflitos de difícil e demorada extinção, e de procura de equilíbrio e estabilidade que promete longa e penosa busca de compromissos de acomodação de objectivos nacionais, regionais e globais, impõe-se a Portugal tratar de desenvolver-se ele próprio dos pontos de vista material e ético-moral, tomando como guia o interesse nacional, europeu e mundial.

Em tal perspectiva aparece o próprio Portugal como primeira AIE nacional. Pode mesmo dizer-se que a fronteira terrestre se defende na potencialização do litoral. O que quer dizer que o «*mar*» é naturalmente prioritário. Ou seja, é prioritária a exploração da litoralidade, e também a da atlanticidade do Portugal que, situado «à esquina de dois mares» e avançando pelo Atlântico Norte fora, é ponte geográfica entre as duas margens dele, e fulcro da comunidade histórico-natural lusófona que é natural componente da solidariedade Norte-Sul e Sul-Sul do Novo Atlantismo da NOI referida em 3.

O reforço da litoralização do Continente impõe-se de facto como AIE de alta prioridade nacional. E isto por o litoral ser predestinado para funcionar como locomotiva de desenvolvimento em liberdade (especializante centrífugo e individualizante) de todo o País, e também como factor de coesão interterritorial nacional, económica e cultural, através da criação de pólos portuários-aeroportuários industriais e culturais no Norte, no Centro e no Sul. Os quais se tornam indispensáveis para, procurando sobrepor-se à força atractiva dos seus congéneres do país vizinho, concorrerem para conter eventual expansão da influência económica, energética e cultural dele na direcção do vital litoral português, a pretexto do projecto europeu. Aspecto esse que está historicamente consagrado na doutrina estratégica de D. João II «contê-lo em terra e batê-lo no *mar*».

No reforço da litoralização do Continente insere-se, obviamente, a «litoralização» do interior, através do desenvolvimento de produções prioritariamente exportáveis pelas fronteiras marítima e aérea, por vias fluviais, rodoviárias e ferroviárias para os referidos pólos portuários-aeroportuários, e por extremo cuidado com o controlo dos cursos dos importantes rios internacionais.

A estratégia do Príncipe Perfeito conduz a outra AIE nacional (quanto a «batê-lo no mar») que é o Poder Marítimo, o qual comporta duas componentes: a económica e a militar.

A componente económica, a incidir especialmente no desenvolvimento duma cabotagem marítima autónoma que facilite a intimidade interterritorial e interilhas. Mas também a intimidade intereuropeia, tirando partido da localização central do País entre o Norte e o Sul da Europa, e da possibilidade de portos portugueses de águas profundas poderem servir para transbordo de cargas de rotas internacionais oceânicas para a rede marítima de distribuição costeira europeia, que vai ser desenvolvida como já foi anunciado.

Como outra AIE impõe-se ainda a procura de, no mínimo, auto-suficiência quanto à pesca, e também quanto ao desenvolvimento da sua competitividade no mercado europeu, extensiva ao domínio de produtos transformados do mar.

AIE de grande interesse é também o desenvolvimento das vantagens competitivas económicas e culturais dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que são AIE da maior importância para o reforço da atlantização do país todo.

Quanto à componente militar do Poder Marítimo, ela torna-se especialmente indispensável numa perspectiva de preservação de soberania nacional (e, através dela, de poder negocial do País) no vasto espaço estratégico definido pelo descontínuo geofactor português. Para o que precisará de assegurar presença e vigilância minimamente satisfatórias naquele espaço em tempo de paz, e «prometer» contribuir não só para a primeira defesa do território nacional, como para o eventual enquadramento de reforços aliados que poderão ser necessários para o proteger em caso de crise grave ou de guerra. Componentes dum Poder Marítimo que, hoje, é completado e potenciado por unidades aéreas onde aplicável.

Aliás, o Poder Aéreo, nomeadamente quanto à sua componente económica, é também importante AIE nacional, uma vez que a fronteira aérea, tal como a marítima, o é também com mais países, e também mais livre que a terrestre.

De notar ainda que, quanto a «contê-lo em terra e batê-lo no mar», a componente terrestre do Poder Militar tem fundamental importância, pois a segurança de toda a «plataforma territorial nacional» — nomeadamente para resistir enquanto não chegarem os supracitados reforços aliados, e para os enquadrar — repousa naturalmente nela. E, a acrescentar ao referido, acontece ainda que a componente terrestre do Poder Militar adquiriu com a NOI grande importância para o desempenho de tarefas humanitárias e de

pacificação da ONU. Pelo que o seu desenvolvimento, particularmente no aspecto qualitativo, pode ser tomado como outra AIE nacional, especialmente para eventual aplicação no que for considerado de mútuo interesse quanto à área da Lusofonia. Assinale-se que o Poder Militar convirá obedecer às provas de adequabilidade (capacidade para realizar os objectivos políticos pretendidos), de exequibilidade (possibilidades humanas e materiais para o manter) e de aceitabilidade (custos políticos, financeiros, humanos e psicológicos justificados pela importância dos objectivos políticos). Pelo que uma indústria de defesa que, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País, torne o Poder Militar mais exequível e mais aceitável, é importante AIE a considerar.

No concernente à componente geopolítica da estratégia de D. João II, o atrás referido tem muito a ver com a histórica opção atlântica nacional. Principalmente desde que Portugal, tendo deixado de poder ser ele próprio a Potência Marítima, entendeu que à defesa da sua individualidade interessava manter uma relação privilegiada de interesse mútuo com as potências que entretanto lhe sucederam nesse papel. Razão por que, tendo em atenção que é também do próprio interesse histórico dessas potências a preservação da individualidade de Portugal na Península Ibérica, como melhor garantia para a sua livre utilização do mar em região de tão acentuada confluência de valiosas rotas marítimas económicas e militares oceânicas e costeiras, convém a Portugal ir ao encontro de tal interesse por sua própria iniciativa, até como meio de melhor preservar suficiente soberania. Daí que um relacionamento efectivamente privilegiado com tais potências marítimas (que têm mantido notória identidade de comportamento geopolítico, como tem acontecido com a Inglaterra e os EUA, por exemplo nos casos das suas intervenções político-militares nas Falkland e no Golfo) constitua outra AIE. O acoplamento estratégico euro-americano, materializado pela NATO, porque é também ambiente favorável à coesão interterritorial de Portugal, é uma expressão dessa importante AIE ⁽³⁾.

(3) É também expressão da mesma AIE a inserção de Portugal no Comando do Atlântico (SACLANT) da NATO — não no da Europa (SACEUR) — a qual, justificando-se por o País ser componente atlântica da defesa tanto da Europa, como da América do Norte, e como forma de preservar a sua individualidade na Península e o seu poder regional nas duas margens do Atlântico, deverá ser mantida a todo o custo. De outro modo corre-se o risco de os Açores serem mantidos no SACLANT, e Madrid vir a ter um papel predominante no IBERLANT.

Trata-se duma AIE a merecer a consideração num acordo especial visando manter Portugal ao lado dos países que, como EUA e Inglaterra, procuram organizar o Novo Atlantismo da NOI, para pugnar por uma Europa atlantista que seja par autêntico da América do Norte numa comunidade transatlântica. E para pugnar também por um Espaço Económico Europeu (EEE) que dilua o excessivo peso de países da Europa Central que são historicamente mais propensos a continentalismos, e que possa vir a admitir, logo que tal se afigure adequado e exequível, os países da Escandinávia e da Europa do Leste. O que faz do EEE, e também do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e, claro está, duma comunidade transatlântica, naturais AIE nacionais, e de importância acrescida pelo êxito do «sim» no referendo dinamarquês quanto ao Tratado de Maastricht, em que o atlantismo e o continentalismo europeu vão naturalmente ser objecto de intenso diálogo.

De notar ainda que, na estratégia decorrente da histórica opção atlântica nacional, e do Novo Atlantismo da NOI, continuam a ser naturais AIE nacionais, não apenas as monarquias do Norte da Europa como, principalmente, os países que falam português, e as comunidades de portugueses e seus descendentes em várias partes do Mundo periférico-marítimo, nomeadamente na América do Sul, na África Austral, na Península Indistânica, no Sueste Asiático, na Ásia e na Europa. Designadamente, a Portugal convirá esforçar-se por ser o melhor «embaixador» de países e comunidades de língua portuguesa na CE, por todas as razões, e ainda por isso contribuir para o reforço da soberania e do poder negocial do País nela.

Como é próprio da localização de Portugal «à esquina de dois mares», o vizinho Magrebe é AIE nacional, para fins de cooperação económica e de diálogo que a NOI pretende que substitua estéreis confrontações do passado. Cooperação essa que vise principalmente, para além doutras iniciativas, chamar a atenção das prósperas democracias industriais para a necessidade de se prestar apoio a esforços de desenvolvimento e de democratização em curso numa região de tão grande importância do ponto de vista económico, religioso e geoestratégico para a estabilidade global. Sem contudo esquecer que tal região não é inserível nos tempos mais próximos no contexto duma comunidade transatlântica cuja homogeneidade cultural, étnica e religiosa, e quanto a prática de direitos humanos, é factor de êxito a não perturbar.

De notar que apoio a democratização e a desenvolvimento do Magrebe é prioridade verdadeiramente crucial para a NOI. E isto por ser uma região que é alvo de projectos geopolíticos hostis ao Novo Atlantismo, como sejam os do fundamentalismo islâmico anti-ocidental, e os da tese geopolítica Euro-África que visa fazer eventualmente da Europa uma outra superpotência a situar-se entre as clássicas superpotências marítimas e continental, com consequente risco para a coesão transatlântica e para o equilíbrio geopolítico mundial. Razões por que os EUA, como superpotência por ora dominante, têm preferido manter a sua 6.^a Esquadra, a do Mediterrâneo, fora do âmbito da Aliança Atlântica, como querendo dizer que tendem a perceber o Norte de África como AIE sua.

Finalmente, porque fronteiras e soberanias, e também uma Grande Estratégia Nacional para fazer de Portugal um país com êxito, e que sirva simultaneamente o interesse nacional, o europeu e o global, não podem ser entendidas e defendidas sem a aceitação dos cidadãos, impõe-se então a Portugal aplicar o melhor dos seus recursos e dos seus esforços no desenvolvimento da qualidade cultural, técnica e ético-moral do seu factor humano, que é o mais valioso e decisivo do seu potencial estratégico.

O factor humano deve então ser considerado como a mais importante AIE nacional, a merecer por isso a maior precedência e o maior empenho nacional. Nomeadamente no sentido de proporcionar aos cidadãos nacionais uma cultura que englobe, duma vez para sempre, também os domínios da ciência pura e da tecnologia, da economia e da gestão económica e financeira, da ciência e arte política, da estratégia e da diplomacia, etc. Nomeadamente para se acabar também com o predomínio da mentalidade nacional de importador-comerciante sobre a de produtor-exportador competitivo.

O país especial que Portugal é, em que a localização geográfica e a escassez de recursos devem ser tomadas como acicates, necessitará duma Educação que, para além de promover o desenvolvimento intelectual e a aquisição de conhecimentos fundamentais, estimule a criatividade, a originalidade e a competitividade dos cidadãos, e reforce a sua confiança em si próprios e no êxito de Portugal.

O enriquecimento do factor humano nacional é tanto mais importante quanto é certo que a fronteira e a soberania do país especial que Portugal é assentou sempre principalmente na vontade, na inteligência, na dignidade,

na produtividade, no brio e na «cultura total» dos seus cidadãos. Nomeadamente, tal enriquecimento é decisivo para que possa continuar a contar-se com representações nacionais esclarecidas, coerentes, dignas, patrióticas e aguerridas na CE, na NATO, na UEO, na CSCE, nas capitais dos países que falam português, e nas dos países de acolhimento de comunidades de portugueses, que constituem um quadro onde tende a defender-se cada vez mais o interesse nacional, nomeadamente as referidas fronteiras e soberania. Razão ainda por que a qualidade de tais representações nacionais deva continuar a ser considerada como AIE nacional.

7 de Junho de 1993.

Virgílio de Carvalho